

# Ministros tentam reaver verbas cortadas no ajuste

Mônica Izaguirre  
de Brasília

Os próprios ministros do governo Fernando Henrique estão fazendo pressões sobre o Congresso para alterar o novo projeto de Orçamento para 1999, revelou ontem o relator da Comissão Mista de Orçamento, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Segundo ele, "todos os ministérios, com exceção do da Fazenda e do Planejamento", já lhe procuraram para pedir que sejam contempladas em seu relatório emendas que recomponham dotações cortadas pela área econômica na revisão da proposta do governo.

Ao substituir o projeto enviado em agosto, a área econômica fez cortes de R\$ 8,7 bilhões na parte do orçamento conhecida como OCC, que refere-se a investimentos e outros custeios que não pagamento de pessoal e benefícios previdenciários. Embora proporcionalmente menor, o corte pegou inclusive áreas sociais como a Saúde, que teve uma redução de 6,6% em atividades (programas continuados) e projetos (obras e outros investimentos).

Tebet disse que entre os ministérios que apresentaram pedido para reverter cortes em suas pastas estão o da Saúde, do ministro José Serra, e

o da Educação, do ministro Paulo Renato, ambos do PSDB, partido do presidente da República. "É normal e legítimo", avaliou o senador, que não vê nada de errado nessa prática. Para ele, trata-se de "um paradoxo" que mostra "como é difícil e espinhosa" a tarefa da Comissão Mista de Orçamento.

Hoje, a Comissão faz mais uma reunião, na tentativa de avançar na análise das emendas apresentadas.

**"A maioria dos ministros já pediu a inclusão de emendas que recomponham as dotações cortadas", diz Ramez Tebet.**

São 8.070 emendas propondo remanejamento de despesas, já que não se pode criar despesa nova. No total, elas chegam a R\$ 14,09 bilhões aproxima-

damente. Porém, segundo o relator, não será possível remanejar um valor tão alto. O teto a ser remanejado para acomodar emendas ainda não está definido, mas Ramez Tebet tentará chegar a R\$ 3,4 bilhões.

Tudo depende do levantamento sobre o que é possível cortar na projeto do governo para remanejar para as emendas. Só a partir daí é que os recursos serão distribuídos entre as propostas dos parlamentares. Segundo o senador, a comissão tem pressa, pois o Orçamento precisa ser votado até 15 de dezembro. No momento, as emendas estão sendo analisadas por sete relatores setoriais.